

## **ENTRAVES ESTRUTURAIS ENVOLVIDOS NA ATIVIDADE DE CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL NORDESTINO: ESTUDO DE CASO EM UM ORGANIZAÇÃO**

Gerbeson Carlos Batista Dantas (1); Henriqueta Monalisa Farias (1); Emanuele Cardoso Dias (2); Sileide de Oliveira Ramos (3); Jacimara Villar Forbeloni (4)

Universidade Federal Rural do Semi-Árido, gerbeson\_dantas@hotmail.com

**Resumo:** Os avanços brasileiros no tocante à gestão dos resíduos sólidos urbanos pauta-se, especialmente, na Lei 12305/2010, cujo promulgação institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Na referida Política, os ganhos trazidos pela mesma, estão relacionados as questões ambientais, mas, sobretudo, à sociedade, uma vez que estão relacionados à atividade das organizações de catadores de materiais recicláveis, que, por meio destes, realizam a ressignificação dos materiais, outrora descartados e rejeitados, aliado ao ganho socioeconômico, uma vez que promove a geração de emprego e renda aos catadores, sendo, portanto, uma ferramenta inclusiva indispensável. Todavia, embora os catadores tenham sido reconhecidos pela PNRS como atores sociais, catadores ainda representam a classe menos beneficiada por tal atividade. Portanto, conhecer sua realidade e anseios é um importante passo para fomentar mudanças mais efetivas. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é avaliar às de condições de trabalho, percepção de vida e emprego de catadores de materiais recicláveis organizados em uma associação, localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte. As coletas de dados ocorrem durante os dias 11 a 18 de novembro de 2016. No primeiro dia, foi realizada uma entrevista com todos os associados acerca do que o que mudou na sua condição de vida após entrada na associação. Posteriormente, foi aplicado um formulário a respeito da estrutura e organização do trabalho implementada na associação. Nas cinco visitas seguintes, foi realizado a observação e acompanhado de todos os procedimentos de trabalho, visando identificar os riscos ocupacionais inseridos na atividade dos catadores. Como artifícios metodológicos, o estudo adotou pesquisa de natureza quali-quantitativa por meio das técnicas de observação direta intensiva e extensiva, observação sistemática e do Discurso do Sujeito Coletivo. A maioria dos entrevistados são mulheres, com ensino fundamental incompleto, de faixas entre 26 a 54. A maioria exerce a profissão pela primeira vez e realizam outras atividades para complementar a renda da associação que é de aproximadamente R\$ 500,00. Quanto aos riscos ocupacionais, foi identificado que esses trabalhadores estão expostos a todos os riscos ambientais (físicos, ergonômicos, de acidentes, biológicos e químicos). Quanto interpelados sobre a mudança ocorrida após associar-se na organização, a maioria disse que a mudança foi à conquista do emprego. Nessa perspectiva, foi perceptível que, apesar dos avanços legais, faz-se necessário criar mecanismos que promovam verdadeiramente melhorias na condição de trabalho e de inclusão social dos catadores de resíduos recicláveis.

**Palavras-Chave:** Catadores de Materiais Recicláveis, PNRS, Resíduos Sólidos Urbanos, Dimensão Socioambiental.

### **Introdução**

Nos últimos séculos, mais especificamente, período pós Revolução Industrial, a industrialização dos processos de produção, a formação e o consumo dos conglomerados urbanos, surge em decorrência desse modelo de expansão econômica a era dos descartáveis e a cultura do consumismo que terminam por gerar graves problemas de ordem ambiental, causado pela vertiginosa quantidade de resíduos sejam sólidos, semi-sólidos ou efluentes depositados na natureza

em quantidade e composição difíceis de serem depurados pelo ambiente. Estes resíduos com destinação ambientalmente inadequados causam consequências aos sistemas ambientais solo, ar e terra, personificados em enchentes, degradação da qualidade do ar, obstrução de bueiras, contaminação do solo, acometimento de doenças e estes, infligem danos à qualidade do meio, e, por conseguinte, a vida das pessoas (SEIFERT, 2009; OLIVEIRA, 2011).

Em ilustração a vultosa geração dos resíduos, dados de 2012 revelam que a população mundial urbana gerou 1,3 bilhões de toneladas por ano, o que equivale a 1,2 kg por dia para cada habitante (HOORNWE; BHADA-TATA, 2012). Nesse sentido, os governos, atentos aos relatórios da comunidade científica, resultantes das conferências internacionais, especialmente, a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92, fizeram acordos globais, no sentido de enfrentar a problemática da emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) à atmosfera, nos quais, o metano (CH<sub>4</sub>), oriundo do chorume resultante da depuração dos resíduos sólidos, corresponde a um dos piores gases contribuintes para o Efeito Estufa. Os acordos são baseados em mecanismos de metas de redução, envolvendo toda a sociedade e devem atenuar as alterações climáticas, garantindo a sobrevivência da vida no planeta (GOUVEIA, 2012; SEIFERT, 2009).

Mais especificamente no Brasil, ocorre a promulgação de leis de caráter ambiental que dão vigor às políticas de desenvolvimento sustentável. Dentre essas, sobressalta-se a Lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). A PNRS dispõe sobre as “diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis” (BRASIL, 2010, Art. 1º). É importante salientar que um dos princípios elementares da PNRS é a chamada responsabilidade compartilhada dos resíduos sólidos urbanos, isto é, os resíduos sólidos gerados, bem como o seu ciclo de vida, são de responsabilidades do poder público, das empresas e dos demais segmentos da sociedade. É nessa perspectiva que a PNRS contém entre seus instrumentos, os sistemas de coleta seletiva e o fomento à criação das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e estes, devem estar contidos nos Planos de Gestão Integrada e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (BRASIL, 2010).

Entretanto, mesmo diante dos avanços de caráter legal, o Brasil apresenta um contexto extremamente desafiador. Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2015), houve uma geração, em 2015, de 218.274 toneladas por dia de resíduos sólidos urbanos, tendo o Nordeste uma parcela de 43.894 toneladas por dia (22,1%).

Cerca de 58,7% dos rejeitos produzidos no Brasil, seguiram para destinação adequada, enquanto que a porcentagem restante (41,3%), continuou sendo destinadas a aterros controlados ou lixões, fato que ocorreu em 59,8% do total de municípios brasileiros, contabilizando cerca de 30 milhões de toneladas de rejeitos por ano, fato semelhante ao ocorrido no ano anterior (ABRELPE, 2015). Em adição à quantidade dos resíduos sólidos urbanos gerados, outro problema é a heterogeneidade, uma vez que o tratamento e a destinação desses resíduos ocorre em função de sua natureza.

A soma da quantidade dos resíduos, conjuntamente com a natureza (composição), conforme classificado pela NBR 10004/2004, são fatores que determinam como deve ser o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada desses resíduos sólidos urbanos. No entanto, outros fatores adjacentes influenciam esse processo, tais como, a infraestrutura, as políticas de incentivo, a gestão dos resíduos sólidos pelos governos e os trabalhadores diretamente envolvidos nesse processo.

Nesse contexto desafiador, eis que surge os atores sociais responsáveis por alternativas de contigência no sentido de redução da geração e destinação apropriada dos resíduos e disposição dos rejeitos. Este ator social é denominado de catador de materiais recicláveis, cujo atividade é regulamentada desde 2002 (Classificação Brasileira de Ocupações – CBO nº 5.192-05) e tem como função coletar, separar, classificação, processar e comercializar resíduos reutilizáveis, recicláveis e reaproveitáveis, de modo a contribuir essencialmente para o gerenciamento dos resíduos sólidos dos municípios (BRASIL, 2002). Mesmo assim, a atividade enfrenta inúmeros entraves estruturais resultantes da cultura implementada na sociedade, pela inoperância dos governos e especialmente, pela ausência de garantias de que, as prerrogativas da PNRS serão cumpridas. Não obstante, apesar das inúmeras adversidades os catadores são não somente, responsáveis pela reintrodução dos resíduos recicláveis no processo produtivo, como também, exercem uma ação educativa junto à sociedade (TEODÓSIO; DIAS; SANTOS, 2016).

Imerso nesse contexto desafiador, o presente trabalho tem como objetivo avaliar às de condições de trabalho, percepção de vida e emprego de catadores de materiais recicláveis organizados em uma associação, localizado no interior do Estado do Rio Grande do Norte.

## **Metodologia**

A pesquisa foi realizada com um grupo de catadores de materiais recicláveis vinculados a uma Associação deste ramo, localizada em uma cidade da região Seridó, no Estado do Rio Grande do Norte. A escolha se deu pelo fato da associação ter iniciado recentemente suas atividades e por

apresentar inúmeras dificuldades associadas às condições de trabalho, mais especificamente, as questões de saúde e segurança no trabalho, muito em função da problemática do gerenciamento dos resíduos sólidos pelo município e o apoio insuficiente do governo municipal aos catadores, tanto no apoio técnico quanto ao apoio em infraestrutura, em dissonância da PNRS.

Para coleta das informações, foram realizadas seis visitas à Associação, entre os dias nos dias 11 e 18 de novembro de 2016. No primeiro dia, foi realizada a aplicação de um formulário e efetuado entrevista com cada associado. O formulário é enquadrado como estruturado, organizado em perguntas relacionadas à estrutura de trabalho da associação. A entrevista com os catadores deu-se no sentido de coletar a percepção dos associados quanto às condições de trabalho, de vida e emprego. Nos cinco dias restantes, foi observado, sistematicamente, o processo de trabalho e identificado as condições em que o trabalho é executado, bem como os riscos ocupacionais de cada etapa de trabalho. A pesquisa abrangeu todos os trabalhadores associados, em um total de 11 pessoas.

A pesquisa adotou como artifício metodológico as técnicas da Observação Direta Intensiva e Extensiva e Observação Sistemática das atividades (MARCONI; LAKATOS, 2010). Somando-se a isso, foi utilizado a técnica quali-quantitativa, denominada por Lefevre e Lefevre (2003) de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo.

## **Resultados e discussão**

### **Perfil dos entrevistados**

A associação, objeto deste estudo, atua no ramo de coleta de materiais recicláveis desde 2014. Os catadores desempenham suas funções no período de segunda à sexta. O material é advindo do perímetro urbano, realizando coleta em três bairros do município. A referida Associação possuía, no período da pesquisa, onze catadores associados. Apresentando uma breve descrição do perfil socioeconômico dos catadores entrevistados, constatou-se que em sua maioria, os participantes são do gênero feminino (81,8% – 9/11) com faixa etária distribuída entre 26 e 54 anos, com média aritmética simples de 41 anos aproximadamente. A média das idades dos associados estão próximas dos encontrados da média nacional e da região Nordeste que são 39,4 e 38,3 respectivamente (IPEA, 2013a).

No que concerne à escolaridade, (63,6% – 7/11) dos trabalhadores possuem ensino fundamental, em sua maior parte, incompleto, e (27,3% – 3/11) são analfabetos. Apenas um tem ensino médio completo (9,1% – 1/11). Os entrevistados iniciaram, em sua maior parte, a trabalhar

em outras atividades não relacionadas com a coleta seletiva. Para (36,4% – 4 /11) exercício da atividade de reciclagem já era realizado antes de trabalhar na Associação, enquanto o restante está executando o trabalho pela primeira vez. Pouco mais da metade dos catadores entrevistados (54,5% – 6/11) está desde o início da Associação, em 2014. Ocorre muito em razão da quantidade majoritária de mulheres associadas, que enxergam na atividade, uma forma de trabalhar e inserir renda no orçamento doméstico.

No que concerne aos ganhos mensais, os catadores entrevistados disseram que a renda é algo em torno de R\$ 500, fruto da divisão igualitária entre todos os membros da Associação quando retirada as despesas de funcionamento e manutenção. Quando questionados se esse era o único trabalho, (36,4% – 4/11) afirmaram que a atividade de catador era o único trabalho. Os demais (63,6% – 7/11) possuem outros trabalhos complementares como faxina, costuras, mecânico, motorista, babá. Entre os entrevistados, (54,54% – 6/11) são beneficiários do programa Bolsa Família, do Governo Federal. Quanto à destinação da renda, (100% – 11/11) disseram que a renda era destinada a pagar as despesas de casa, especialmente, alimentação. Na ocasião (27,3% – 3/11) deles informaram que estão com dívidas com a Companhia de Energia do Estado.

Quanto à família, todos são casados e destes, somente (9,1% – 1/11) não possui filhos. Em relação à moradia, (72,7% – 8/11) pagam aluguel, enquanto (27,3% – 3/11) dividem a mesma moradia com os pais ou tem o espaço cedido pelos mesmos.

Todos os entrevistados possuem os principais documentos, com exceção de (9,1% – 1/11) que não possui carteira de trabalho. Com relação à destinação dos resíduos de suas casas, os catadores afirmaram ter cobertura da coleta pública, depositando em uma caçamba disponibilizada pela prefeitura os resíduos de suas casas quando retirado a parte que interessa à associação. Quanto à distribuição de água, todos possuem cobertura do sistema da Companhia, exceto (18,2% – 2/11) que não possuía tal cobertura. Já em relação ao esgotamento sanitário, (36,4% – 4/11) possui cobertura deste serviço, enquanto todos possuem serviço de energia elétrica distribuído pela Companhia elétrica do Estado. Dados similares foram encontrados nos estudos do IPEA (2013a).

## **Estrutura de Trabalho**

A Associação, objeto deste estudo, atua no ramo de coleta de materiais recicláveis na cidade em questão desde 2014. Os catadores desempenham suas funções no período de segunda à sexta. O turno de trabalho é compreendido no período das 6h às 17h, com pausa para almoço das 11:30h às 13h. O material é advindo do perímetro urbano, realizando coleta em três bairros da cidade. A

referida Associação possuía, no período da pesquisa, 11 catadores associados, sendo 10 ligados ao processo produtivo e 1 responsável pela parte administrativa, exercendo o cargo de presidente.

Segundo a Associação, o trabalho dos catadores consiste em 6 etapas: coleta, transporte, triagem, compactação, armazenamento, comercialização. A primeira etapa da coleta é recolhida casa a casa dos bairros material com potencial para ser comercializado, em especial, garrafas PET (Polietileno tereftalato), papelão, alumínio (panelas, utensílios domésticos) e cobre (fiação de instalações elétricas). Na segunda etapa é realizado o transporte do material até a associação. A terceira etapa consiste na triagem dentre os materiais coletados aqueles de interesse pelos catadores, cujo valor agregado e potencial de renda seja considerado razoável pela Associação, focando mais em papelão, garrafas PET, alumínio e cobre de qualidade apresentável. Na quarta etapa é realizado a compactação dos materiais separados quando há necessidade. Na quinta é armazenado o material separado num espaço delimitado pelos catadores no galpão, separado por uma das quatro classes de material supracitado em razão da sua homogeneidade e na última, é feita a comercialização destes materiais junto aos intermediários.

Os catadores são divididos em três grupos principais de coleta: dois destinados as coletas de bairros distintos e um grupo destinado à separação do material coletado. Um dos associados é a presidente, cuja função é destinada as questões administrativas.

### **Riscos ocupacionais**

Quando interpelados sobre os riscos ocupacionais, houve diversos riscos observados. Tais riscos podem são enquadrados nos riscos ambientais, de modo que todos os grupos de riscos foram observados. Os riscos ambientais e profissionais são agrupados em cinco categorias: riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos, riscos ergonômicos e riscos de acidentes. Nesse sentido, o Quadro 1 mostra os riscos ambientais observados.

**Quadro 1 – Riscos ocupacionais observados**

RISCOS AMBIENTAIS	TIPOS DE RISCOS
Riscos físicos	Calor oriundo do transporte dos resíduos dos bairros até o galpão; Temperaturas altas devido à reduzida ventilação do galpão; Exposição à radiação do sol durante o processo de coleta dos resíduos; Ruídos dos prensadores de materiais
Riscos ergonômicos	Posturas inadequadas; Carregamento de peso excessivo; Jornada prolongada; Produtividade elevada; Esforço repetitivo.
Riscos de acidentes	Máquina de prensagem sem sinalização; Quedas de material; Cortes; Iluminação insuficiente artificial e natural. Picada de cobras.
Riscos biológicos	Condições sanitárias precárias devido à presença de resíduos acumulados muitos dias; Condições sanitárias do banheiro que os trabalhadores usam; Presença de animais e insetos (por exemplo: ratos); Contato com materiais perfurocortante como agulhas.
Riscos químicos	Contato direto com o chorume resultantes da decomposição dos resíduos; Contato com embalagens tóxicas, baterias, pilhas, lâmpadas.

### **Discurso do Sujeito Coletivo**

O Discurso do Sujeito Coletivo realizado encontra-se apresentado em itálico a fim de possibilitar um destaque em relação ao restante do texto. Para cada uma das respostas, encontra-se indicada entre parênteses a quantidade de respondentes que apresentaram a mesma Ideia Central (IC) em sua resposta ( $N_1$ ) e o número total de respondentes ( $N$ ), conforme indicado por Lefevre e Lefevre (2003).

**Quadro 2-** Fragmentos das ideias centrais dos discursos dos entrevistados

PERGUNTA	IDEIA CENTRAL – (N <sub>1</sub> /N)
A) O que mudou na sua condição de vida após entrada na associação?	<i>Conseguir um emprego e melhorei minha moradia (8/11)</i> <i>Não mudou nada na vida (3/11)</i>
Nota: N <sub>1</sub> : número de entrevistados que apresentaram a Ideia Central; N: número total de entrevistados.	

### **A) O que mudou na condição de vida após a entrada na associação?**

Quando indagados sobre a melhora na sua vida depois da entrada na associação é necessário avaliar cada resposta. A resposta predominante (8/11) para este item foi: “*Conseguir um emprego e melhorei minha moradia*”. Logo é possível observar que este fato personifica o motivo essencial dos entrevistados organizarem-se em uma associação: o livramento do desemprego, e conseqüentemente, obtenção de alguma renda, a fim de que possam suprir as suas necessidades básicas. Nesse sentido, a geração de renda é uma das principais razões para a gestação das associações e cooperativas espalhadas pelo Brasil, uma vez que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) (2003), o objetivo central de uma cooperativa ou associação de materiais recicláveis é promover ao catador uma oportunidade de emprego e renda superior àquelas encontradas quando atuam sozinhos.

A justificativa para este objetivo se dá em razão de historicamente esta atividade ser praticada de maneira informal e por isto, os trabalhadores quando atuam isoladamente permanecem invisíveis perante o poder público, excluindo-as de seus direitos. Já quando atuam organizados conseguem resolver alguns entraves estruturais que a atividade apresenta, como: aumento da produtividade, inclusive com a instauração de cadeia produtiva; acesso a direitos outorgados pelas políticas públicas e leis, sobretudo, a PNRS; tomada de posição de destaque nos Planos Municipais e Estaduais de Gestão Integrada e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos; aumento do poder de barganha com os compradores da mercadoria, na tentativa de excluir os atravessadores; conquista junto aos governos de suporte técnico especializado, investimentos na produtividade e instalações adequadas para pleno funcionamento da organização e por fim, aceitação social tanto no que concerne aos catadores, quanto na contribuição nos sistemas de coleta seletiva municipal com destino a essas organizações (IPEA, 2013b; BRASIL, 2010). Esses fatores somados são traduzidos



em aumento da competitividade dessas organizações, aumentando as receitas e, por conseguinte, incremento de renda aos associados. Quanto a essa melhora um discurso notável pode ser colocado: *“Melhorou um pouco minha vida, pois antes eu trabalhava sozinho, mas depois que entrei aqui consegui comprar minha geladeira e meu fogão que antes eu não tinha condições, por que a gente ganhava mês sim, mês não”*. Nesta resposta, o entrevistado elencou itens comprados com a renda da associação e que, sem dúvidas, denota certa melhora econômica experimentada tanto na renda, quanto na sua perenidade depois de associado.

Dos entrevistados (3/11) afirmaram que não houve mudanças significativas na sua vida por causa da cooperativa. Nessa questão três adversidades na atividade de catador estão postas: as de caráter econômico, caráter social e condições de trabalho.

Na questão econômica, a renda é o principal enfoque, uma vez que se manifesta como insuficiente, figurando menor que o salário mínimo vigente no país no ano de 2016 (R\$ 880,00) e vertiginosamente menor que o salário mínimo ideal (R\$ 3.856, em dezembro de 2016) necessário para manutenção de uma condição básica de vida por família de 4 componentes, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2016). A renda obtida pelos associados desta Organização está em torno de R\$500, valor aproximado da média nacional (R\$571,56) e da região Nordeste (R\$459,34). Esta renda de R\$500,00 é praticamente metade do mínimo do país no ano da pesquisa (52,82% do mínimo) e muito inferior a renda ideal, representando apenas 12,97% do mínimo ideal

Já no que tange as questões sociais, dois problemas sobressaltam-se: o preconceito contra o catador e a recusa da sociedade quanto à instalação de uma organização desta natureza na comunidade. Quanto o primeiro problema, Velloso (2004) afirma que a humilhação, preconceito e desprezo dos moradores é um grande agente desmotivador para os catadores, de modo a despertar a sensação de inferiorização e insignificância destes, perante o restante da comunidade. Em adição ao preconceito, Magalhães (2012) alertou que as cooperativas/associações enfrentam problemas de aceitação social, uma vez que parcela da comunidade fica insatisfeita com a instalação de uma organização desta natureza nas proximidades de suas casas e em certos casos, atea fogo nos galpões como forma de expulsar e responsabilizar os catadores pelos transtornos causados pelos resíduos gerados pelos próprios insatisfeitos.

Quanto à questão das condições e segurança no trabalho, segundo o IPEA (2013b) a atividade ocorre em meio a uma série de problemas de ordem laboral em função da atividade ocorrer imerso a um conjunto de riscos ambientais de todas as naturezas (físicos, químicos,

biológicos, ergonômicos e de acidentes), tais como à exposição ao calor, a umidade, os ruídos, a chuva, o risco de quedas, os atropelamentos, os cortes e a mordedura de animais, o contato com cobras, ratos, moscas e agentes microbiológicos, o mau cheiro dos gases, a fumaça que exalam dos resíduos sólidos acumulados, principalmente metano (CH<sub>4</sub>), a sobrecarga de trabalho e levantamento de peso, as contaminações por materiais perfurocortantes, embalagens de produtos químicos e etc. Somando-se aos riscos envolvidos na atividade, a associação não dispõe de um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) (BRASIL, 1978c) cujo escopo é a implementação de um conjunto de medidas que visam a proteção do trabalhador, bem como resguardar sua saúde por meio do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) (BRASIL, 1978b). Alguns instrumentos aplicáveis pelo PPRA são a utilização no manejo dos resíduos com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme previsto na Norma Regulamentadora 6 (NR-6) do Ministério do Trabalho (BRASIL, 1978a), as estratégias de proteção coletiva, como os Equipamentos de Proteção coletiva (EPC) que consistem em sistemas de proteção do conjunto de trabalhadores e um importante instrumento do PCMSO que são os exames médicos admissionais, mudança de função, retorno ao trabalho, periódicos e demissionais que visam o monitoramento da saúde do trabalhador. Programas como estes, visam minorar as consequências nefastas que terminam por ameaçar a integridade física e mental dos catadores em todas as etapas de trabalho, incorrendo como um agente adverso concreto ao catador de materiais recicláveis.

Essa conjuntura nos âmbitos sociais, econômicos e das condições de trabalho atua no sentido de depreciar não só ao catador, mas também revelando-se como entrave para a manutenção das associações/cooperativas.

## **Conclusões**

A entrada na cooperativa representou um aspecto significativo na vida dos entrevistados especialmente em função do risco do desemprego. A maioria identificou como principais riscos de sua atividade o contato com patógenos, especialmente pela falta de equipamentos de proteção individual (EPI) disponíveis cotidianamente, bem como o peso que precisam manusear diariamente. Apesar de gostar do que faziam, desejavam que sua atividade lhes promovesse mais segurança econômica, sob risco de buscar outro trabalho. Nesse sentido, é preciso refletir mais significativamente a respeito da inserção social dos catadores e os meios para alcançá-la mais efetivamente, ouvindo seus anseios e desejos.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2015.pdf>>. Acesso: 27 de maio de 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos Sólidos - Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 6** – Equipamentos de Proteção Individual: Brasília, 1978a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 7** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: Brasília, 1978b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora 9** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais: Brasília, 1978c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho. Portaria nº 397, de 09 de outubro de 1992. **Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações–CBO**.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://fld.com.br/catadores/pdf/politica\\_residuos\\_solidos.pdf](http://fld.com.br/catadores/pdf/politica_residuos_solidos.pdf)>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa nacional de cesta básica de alimentos**: salário mínimo nominal e necessário. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.

GOUVEIA, N. **Resíduos sólidos urbanos**: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, 2012.

HOORNWEG, D.; BHADA-TATA, P. **What a Waste**: A Global Review of Solid Waste Management. Urban development series; knowledge papers n. 15. Washington, DC: World Bank, 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17388>> Acesso em: 29 de junho 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA TECNOLÓGICA (IPT). **Cooperativa de catadores de matérias recicláveis**: guia para implantação. São Paulo: SEBRAE, 2003.

IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável-Brasil**. Brasília: IPEA, 2013a. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf)>. Acesso em: 01 de maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável - Região Nordeste.** Brasília: IPEA, 2013b. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/130820\\_relatorio\\_situacaosocial\\_nordeste.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/130820_relatorio_situacaosocial_nordeste.pdf)>. Acesso em: 01 de janeiro 2017.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: Educs, 2003.

MAGALHÃES, B. J. **Liminaridade e exclusão:** caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira?. PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2016. 562p.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, D.A.M. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis:** Estudo em uma Cooperativa em Salvador-Bahia. 2011.174 f. Dissertação (Mestre) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Medicina da Bahia. Curso de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho, Salvador, 2011.

SEIFFERT, M.E.B. **Gestão ambiental:** instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEODOSIO, A. S. S.; DIAS, S. F. L. G.; SANTOS, M. C. L. **Procrastinação da política nacional de resíduos sólidos:** catadores, governos e empresas na governança urbana. *Cienc. Cult.*, v. 68, n. 4, p. 30-33, 2016.

VELLOSO, M. P. **Os catadores de materiais recicláveis e os resíduos sólidos.** In: VIII Congresso ipLuso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004. Coimbra.